COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

PROJETO DE LEI Nº 6.915, DE 2006

Estabelece diretrizes para a introdução e operação do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens (televisão) com tecnologia digital e dá outras providências.

Autor: Deputado EDUARDO SCIARRA

Relator: Deputado JOSÉ ROCHA

PARECER ÀS EMENDAS APRESENTADAS AO SUBSTITUTIVO

Após apresentarmos Substitutivo ao Projeto de Lei nº 6.915, de 2006, foram recebidas por esta Comissão, no prazo regimental, cinco emendas, as quais passamos a relatar e discutir.

A Emenda nº 1, de autoria do Deputado Paulo Roberto, busca modificar dispositivo do Substitutivo que estabelece novas condições para distribuição dos canais de televisão aberta pelas operadoras de TV a cabo. O Parlamentar propõe que a obrigação de transporte desses canais seja mantida em conformidade com o disposto na Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, com as seguintes alterações:

- A obrigação de transporte deverá se restringir aos sinais das emissoras de TV aberta que forem transmitidos em tecnologia analógica;

- Caso a operadora de TV a cabo celebre acordo para distribuir a programação das emissoras de televisão em tecnologia digital, cessará a obrigação de transporte da programação analógica.

Por sua vez, a Emenda nº 2, também de autoria do Deputado Paulo Roberto, propõe a supressão do art. 3º do Substitutivo, que determina a cobrança de preço público pelo uso das radiofrequências consignadas para as emissoras de radiodifusão de sons e imagens que forem utilizadas para prestação de serviços distintos do de televisão.

A Emenda nº 3, do Deputado Leandro Sampaio, pretende suprimir o art. 2º do Substitutivo, que autoriza a prestação de serviços de valor adicionado sobre a plataforma digital de radiodifusão de sons e imagens. As Emendas nº 4 e nº 5, de autoria do mesmo Parlamentar, são idênticas às Emendas nº 1 e nº 2, respectivamente.

No que tange ao mérito das emendas oferecidas, concordamos com o argumento, apresentado pelo autor da Emenda nº 1, de que a tecnologia digital permitirá que os telespectadores recebam os sinais transmitidos pelas emissoras de televisão aberta com um diferencial de qualidade em relação ao sistema analógico.

Acatamos, assim, a proposta de manter a obrigatoriedade da distribuição do sinal analógico das televisões abertas pelas operadoras de TV a cabo, assegurando a preservação de um direito já consolidado dos assinantes do serviço. Ao mesmo tempo, assentimos com o dispositivo que determina o transporte do sinal digital na hipótese de celebração de acordo entre a emissora e a operadora de TV a cabo. Porém, caso não haja acordo, optamos por conferir à emissora a prerrogativa de exigir da operadora de TV a cabo a transmissão gratuita do sinal digital ou a sua não distribuição. Neste último caso, entretanto, será mantida a obrigatoriedade da transmissão do sinal analógico.

Concordamos, outrossim, com a proposta prevista na Emenda nº 2 de supressão do disposto no art. 3º do Substitutivo, haja vista que o uso de radiofrequências pelas emissoras de radiodifusão já se faz a título oneroso, de modo que não se justifica a cobrança de tributo adicional sobre o serviço.

Em relação à sugestão de eliminação do art. 2º do Substitutivo, conforme assinala o próprio autor da Emenda nº 3, ainda não existe entendimento consolidado acerca da natureza jurídica dos serviços que serão prestados sobre a plataforma digital de radiodifusão de sons e imagens. Por esse motivo, consideramos oportuna a manutenção do mencionado dispositivo, visto que ele estabelece que os novos serviços poderão vir a ser prestados sob a forma de serviços de valor adicionado, e sujeitos, portanto, a regulação mínima.

Porém, para que não parem dúvidas sobre a natureza jurídica dos serviços de valor adicionado de que trata o Substitutivo, inserimos no Substitutivo definição análoga à estabelecida pela LGT para o segmento de telecomunicações. Além disso, condicionamos a prestação dos serviços de valor adicionado pelas emissoras de televisão ao cumprimento das disposições do Código de Defesa do Consumidor.

Ademais, como o inciso XIII do art. 19 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, já atribui à Anatel a competência para expedir e reconhecer a certificação de produtos de telecomunicações, entendemos que a Agência constitui-se na instituição oficial mais habilitada para certificar os receptores dos sinais digitais de TV. Sendo assim, incluímos dispositivo no Substitutivo que confere essa responsabilidade à Anatel.

Propomos ainda que os responsáveis pelo fornecimento de receptores digitais em desconformidade com os padrões técnicos estabelecidos pelo Poder Executivo sejam obrigados a pagar multa de até quinhentos reais por terminal comercializado.

Ademais, em resposta a solicitação apresentada durante Audiência Pública desta Comissão realizada em 08 de julho de 2008, em nosso Substitutivo, facultamos ao usuário a reprodução de conteúdos transmitidos em tecnologia digital, desde que não haja afronta à Lei de Direitos Autorais – Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Assim, o telespectador terá direito a reproduzir sem restrições tanto obras caídas em domínio público quanto pequenos trechos de obras, desde que sem intuito de lucro.

Por fim, cabe assinalar que mantivemos o dispositivo que faculta ao usuário a reprodução irrestrita de conteúdos em “definição padrão”. Em adição, atribuímos ao Poder Executivo a responsabilidade pela reavaliação

permanente do conceito de “definição padrão”, em resposta às sucessivas evoluções tecnológicas.

Assim sendo, votamos pela APROVAÇÃO PARCIAL da Emenda nº 1, pela APROVAÇÃO da Emenda nº 2, e pela REJEIÇÃO das Emendas nº 3, 4 e 5, na forma da nova redação do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 6.915, de 2006, que se encontra em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado JOSÉ ROCHA
Relator

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI nº 6.915, DE 2006

Dispõe sobre a exploração do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens prestado por meio da tecnologia digital e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece diretrizes para a introdução e operação do serviço de radiodifusão de sons e imagens com tecnologia digital e dá outras providências.

Parágrafo único. A exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens por meio da tecnologia digital reger-se-á pelas disposições estabelecidas por esta Lei, pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, pela Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e pela regulamentação expedida pelo Poder Executivo.

Art. 2º Poderão ser prestados serviços de valor adicionado sobre a plataforma digital de radiodifusão de sons e imagens, desde que não restem prejudicadas as obrigações da concessionária ou autorizada com respeito ao serviço de radiodifusão de sons e imagens e que sejam observadas as disposições da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, considera-se serviço de valor adicionado a atividade que acrescenta, a um serviço de radiodifusão que lhe dá suporte e com o qual não se confunde, novas utilidades relacionadas ao acesso, armazenamento, apresentação, movimentação ou recuperação de informações.

Art. 3º Os terminais de acesso ao serviço de radiodifusão digital de sons e imagens comercializados no País deverão ser certificados, diretamente ou por delegação, pelo órgão do Poder Executivo competente para expedir e reconhecer a certificação de produtos de telecomunicações.

§ 1º Para os efeitos desta lei, considera-se terminal de acesso qualquer equipamento que se destine à recepção de sons e imagens originados do serviço de radiodifusão de sons e imagens através da tecnologia digital.

§ 2º O órgão responsável pela certificação dos terminais de acesso deverá atestar o cumprimento da regulamentação técnica sobre as características dos equipamentos terminais de acesso, especialmente no que se refere a recursos de acessibilidade e interatividade, dispositivos técnicos contra cópia ilícita de programação e inovações tecnológicas incorporadas ao Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre – SBTVD-T.

§ 3º O fornecimento de terminal em desconformidade com os padrões técnicos estabelecidos pelo Poder Executivo sujeitará o infrator à multa de até R\$ 500,00 (quinhentos reais) por terminal comercializado, sem prejuízo das sanções cabíveis de natureza civil e penal.

§ 4º Além de atender os critérios previstos no § 2º deste artigo, os equipamentos terminais de acesso deverão dispor das seguintes características:

I – tecnologia capaz de interpretar as informações sobre a gestão de direitos transmitidas pelas emissoras e retransmissoras do serviço de radiodifusão de sons e imagens digital;

II – ferramentas de proteção ao direito autoral que limitem a reprodução não autorizada de conteúdos através de suas interfaces de saída, nos termos fixados nesta Lei;

III – canal suplementar de áudio destinado à narração em voz de cenas e imagens;

IV – decodificador de informações de subtitulação enviadas por meio de legenda oculta, com capacidade de sintetizar a Linguagem Brasileira de Sinais – Libras.

§ 5º Independentemente da autorização da geradora ou retransmissora de radiodifusão de sons e imagens, o usuário do terminal de acesso poderá:

I – reproduzir em mídia o conteúdo veiculado em tempo real pela geradora ou retransmissora com a mesma qualidade do sinal recebido no terminal, desde que o faça para uso doméstico e que a mídia gravada não seja passível de cópia com qualidade superior à de definição padrão, e

II – reproduzir irrestritamente o conteúdo veiculado em tempo real pela geradora ou retransmissora com a mesma qualidade do sinal recebido no terminal, desde que a reprodução não represente ofensa aos direitos autorais, nos termos da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

§ 6º Para efeito do disposto no § 5º deste artigo, considera-se mídia qualquer meio empregado pelo usuário para armazenamento dos sinais de radiodifusão de sons e imagens recebidos pelos terminais de acesso.

§ 7º O conceito da qualidade de definição padrão de que trata o inciso I do § 5º deverá ser fixado e atualizado pelo Poder Executivo de acordo com o estágio de evolução tecnológica da radiodifusão de sons e imagens.

Art. 4º Dê-se nova redação à alínea “a” do inciso I do art. 23 da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e insiram-se no mesmo artigo os §§ 10 a 13, com a seguinte redação:

“Art. 23.

I –

a) *canais destinados à distribuição obrigatória, integral e simultânea, sem inserção de qualquer informação, da programação das emissoras geradoras locais de radiodifusão de sons e imagens, em VHF ou UHF, abertos e não codificados, transmitida com tecnologia analógica, cujo sinal alcance a área do serviço de TV a Cabo e apresente nível técnico adequado, conforme padrões estabelecidos pelo Poder Executivo;*

.....

§ 10. *A geradora local de radiodifusão de sons e imagens de caráter privado poderá, a seu critério, ofertar*